

## MESA-REDONDA: SABERES E DIREITOS EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS<sup>1</sup>

Palestrantes:

Prof. Dr. Alex Shankland (Universidade de Sussex/Inglaterra)  
Profa. Dra. Ana Pimentel (Universidade Federal de São João Del-Rei)  
Profa. Dra. Ana Thé (PPGDS/Unimontes)

Mediação:

Prof. Dra. Felisa Anaya (PPGDS/Unimontes)

A primeira mesa do VII Congresso em Desenvolvimento Social teve como objetivo discutir e refletir sobre os principais desafios políticos colocados para o estado democrático de direito e as possibilidades de seu enfrentamento para manutenção do fazer científico em condições livres e democráticas. O debate foi mediado pela Prof. Dra. Felisa Anaya (PPGDS/Unimontes) e contou com a exposição dos pesquisadores que atuam nos sindicatos de suas respectivas universidades, são eles: Prof. Dr. Alex Shankland (Universidade de Sussex/Inglaterra), Profa. Dra. Ana Pimentel (Universidade Federal de São João Del-Rei) e Profa. Dra. Ana Thé (PPGDS/Unimontes).

Como ressaltou a professora Felisa Anaya, recordando a sexta edição do Congresso em Desenvolvimento Social, que teve como tema Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns (2018): “o coletivo de pesquisadores e pesquisadoras participantes da sexta edição do congresso já discutiam a emergência crescente de ameaça à democracia em diversos países do mundo e particularmente no Brasil. Uma conjuntura marcada pela desregulamentação de direitos coletivos e fragilização das instituições públicas do estado, que vinham minando o pacto social, político e econômico celebrado no Brasil por meio da constituição de 1988. Através de uma violência lenta, violência naturalizada nas últimas duas décadas pelas práticas burocráticas e dinâmicas de desregulamentações normativas articuladas nos bastidores da política, que pavimentou o caminho para os atuais projetos de desmonte das políticas públicas em todas as suas esferas”.

<sup>1</sup> Resumo realizado por Yan Victor Leal da Silva, doutorando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social, bolsista Fapemig, Universidade Estadual de Montes Claros. O conteúdo e a revisão ortográfica dos resumos são de responsabilidade dos autores.



A fala da professora Felisa destacou ainda que as medidas estatais que visam o desaparecimento da universidade enquanto um bem público são resultado de um processo histórico de longa data. O Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração das Instituições Federais de Ensino Superior já alertava, em 2017, para o agravamento da situação orçamentária nas universitárias, pelo crescimento do número de alunos, ao mesmo tempo que encolhiam os recursos. Em 2017, o valor em reais por aluno era 42% menor do que o de 2011, passando de R\$ 2.496,77 para R\$1.757,13 nesse período<sup>2</sup>.

O professor Alex Shankland iniciou sua exposição apresentando um panorama da estrutura e organização do sistema superior britânico. A atuação sindical no sistema britânico enfrenta um contexto difícil. Trata-se de um sistema de ensino superior que não opera com as diferenciações do Brasil, como por exemplo: universidade estadual, universidade federal e universidade privada, sendo significativamente sustentado pelo financiamento público que juridicamente não é estatal. Possui, portanto, uma identidade mista baseada no endividamento individual de cada aluno direcionado por uma lógica de mercado. As particularidades entre as universidades que compõem o sistema superior britânico conformam um desafio para a atuação sindical, assim salienta o professor.

Embora o sistema britânico seja considerado pelos rankings ortodoxos como um dos melhores do mundo – abrigando 4 das 10 melhores universidades globais – Alex Shankland interpreta que é um sistema que está em total crise financeira e política. O início do ano letivo de 2020 foi marcado pela segunda onda do COVID-19, a universidade negligenciou esse fator e tomou a decisão de aulas presenciais nesse contexto. O resultado teve consequência graves, como a disseminação de focos do vírus e 700 estudantes diagnosticados com Covid-19. Em face dessa situação, o sindicato vem colocando em pauta o início de uma greve nacional (a terceira em 3 anos) em contraposição as aulas presenciais em contexto de pandemia.

Alex Shankland explicou que o pagamento da moradia estudantil é o principal elemento que faz com que as universidades britânicas forcem a volta as aulas durante a pandemia. O pagamento do alojamento estudantil é a principal fonte de financiamento das

<sup>2</sup> Disponível em: [https://ufba.br/ufba\\_em\\_pauta/f%C3%B3rum-de-pr%C3%B3-reitores-alerta-para-crise-financeira-das-](https://ufba.br/ufba_em_pauta/f%C3%B3rum-de-pr%C3%B3-reitores-alerta-para-crise-financeira-das-)



universidades britânicas e o principal fator que determina a decisão de retorno às aulas em plena segunda onda de Covid-19. Ainda segundo o professor, o sistema britânico de ensino superior: “é um sistema que não tem visão e liderança acadêmica, que é movido por uma lógica de mercado estimulado por uma concorrência feroz e condições de trabalho cada vez mais precarizadas e desiguais”.

O professor finalizou sua exposição enumerando alguns trabalhos que o sindicato vem construindo entre as categorias e com os estudantes. São tentativas que buscam quebrar a lógica do consumidor, que coloca o estudante contra o docente, criando por exemplo, aulas informais durante o período de greve e uma agenda comum entre sindicato e organizações estudantis. Além disso, estão sendo realizadas formações sindicais on-line, organizando trabalhadores do setor de limpeza - em sua maioria migrantes e sem direito nenhum - que se integram à organização sindical. O professor Alex Shankland conclui a sua fala destacando a “importância de se construir laços de solidariedade internacional, saindo do legado da mentalidade colonial” que é parte constitutiva de um esforço da “descolonização do currículo”.

A professora e pesquisadora Ana Pimentel dividiu a sua fala em dois momentos: primeiro ela fez um apanhado de como ela compreende esse momento de recrudescimento da universidade brasileira face ao avanço do projeto neoliberal. E em um segundo momento da exposição, temos um convite a pensar uma outra universidade a partir das disputas cotidianas. Ana Pimentel salienta que preparou sua intervenção partindo do lugar de quem atua no movimento sindical e observando a universidade como docente, como alguém que quer ver a universidade democrática, uma universidade plural. Trata-se de uma fala que é menos do lugar de pesquisadora e mais do lugar de quem vive a universidade.

Ana Pimentel recorda que está em curso um processo de desmonte da universidade pública no Brasil, sendo vilipendiada pelo governo federal e pelo ministério da educação. Para além dos ataques ideológicos, palavras como balbúrdia e caracterizações pejorativas, a professora ressalta que crescem significativamente os cortes na universidade brasileira. Desse modo, a exposição enumera alguns fatores que culminam na retirada de



recursos: a emenda constitucional do teto de gastos, que coloca o teto máximo de recursos públicos, campanha da escola sem partido e, em 2019, o corte de 13 mil cargos em universidades públicas federais. Outro fator sinalizado é que durante a pandemia as universidades foram desconsideradas para se pensar a construção de uma alternativa. “Estamos diante de uma conjuntura de disputas e a universidade é o lugar das disputas dos saberes e direitos”, sublinha Ana Pimentel.

Na sequência, a fala estabeleceu um balanço crítico compreendendo a universidade brasileira à luz de um processo histórico, tendo como recorte os últimos vinte anos. Segundo a professora, entre os anos de 2004 a 2013, a universidade brasileira teve um aumento expressivo no seu orçamento, o que implicou em uma “reforma” com indícios positivos. Ana Pimentel fez um apanhado das principais conquistas desta reforma universitária, naquilo que ela teve de mais significativo: uma saudável democratização do espaço universitário com a ampliação do acesso de camadas populares e segmentos para os quais este espaço era praticamente vetado (como pobres, negros, indígenas, camponeses, etc.). Com o congelamento do orçamento esse processo vem sendo desmontado. De 2015 em diante vivenciamos um processo oposto, isto é, um desfinanciamento da universidade pública acompanhado do ataque as conquistas de outrora. A proposta de transformar a universidade em empresa desarticula processos e políticas sociais importantes tendo como consequência a velha forma: elitismo, pela forma meritocrática ou quase aristocrática, pela seleção de currículos e saberes que respondem muito mais às necessidades da ordem burguesa e a reprodução do capital do que às demandas reais da população.

As contribuições da professora Ana Pimentel revelaram que a atualidade do debate da universidade pública coloca em questão dois modelos em disputas. Por um lado, o projeto neoliberal, que é calcado na lógica da competição e dos poucos recursos, que visa a articulação da universidade com os interesses do capital financeiro expresso em seu sentido mais agudo pelo Projeto Future-se. Por outro lado, a necessidade de retomar conquistas e direitos na perspectiva da descolonização, do investimento nacional, que tenha a solidariedade e a diversidade como seu horizonte. Dois modelos em disputas, reitera a professora.



A professora Ana Thé iniciou suas contribuições dizendo que o que está em jogo não é apenas um processo de disputas que afeta exclusivamente as universidades públicas, mas um projeto que afeta toda a educação pública. A exposição focaliza as experiências das universidades estaduais brasileiras. A professora salienta que embora universidades federais e universidades estaduais sejam regidas com os mesmos dispositivos legais, estas, possuem heterogeneidades em suas formações históricas, graus diferentes de institucionalização e recursos públicos que conformam assimetrias que assumem contrastes abissais quando comparamos, por exemplo, as estaduais do estado de Minas Gerais e São Paulo.

A realidade das universidades estaduais possui uma consonância com as contradições descritas acima pelos professores Alex Shankland e Ana Pimentel. Pois ambas as falas tocam criticamente no projeto global de neoliberalização da universidade pública e da educação pública. Porém, esse projeto possui particularidades. Como explica a professora Ana Thé: o contexto das universidades estaduais recepciona essas contradições de forma mais profunda, tendo que lidar com a luta pela defesa da carreira docente, com reconhecimento salarial por titulação e dedicação exclusiva, e a necessidade de uma política de estado que defina o orçamento anual para operacionalização e manutenção da universidade, ambas pautas presentes nas universidades estaduais mineiras, enfatiza a professora Ana Thé.

A mesa finalizou com um debate sobre o papel da universidade e os desafios de pensar a prática acadêmica em um contexto de recrudescimento e mercantilização da educação. O debate encerrou com Alex Shankland, Ana Pimentel e Ana Thé convidando a pensar as possibilidades de construção no âmbito internacional de redes solidárias na defesa do bem comum e de projetos que radicalizem o acesso à educação pública de forma democrática.

